

DEPÓSITO LEGAL - C. FEV. 1974

232

ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA

PROPRIEDADE DA SOC. NACIONAL DE TIPOGRAFIA

1974

1 de Janeiro

Director: Manuel Figueira

Redacção, administração e oficinas:
R. de «O Seculo», 41 a 63—LISBOA

NÚMERO 1039

ANO 68.º



TELEFONE 362751 — LISBOA ★

A REVISTA PORTUGUESA DE MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO

PREÇO AVULSO — 1 ESCUDO

Trajos civis em exposição no Museu de Arte Antiga

No Museu Nacional de Arte Antiga, como primeiro reflexo público dos resultados do trabalho que há um ano foi iniciado, com vista à possível criação de um Museu do Trajo, foi ontem inaugurada a exposição «O Trajo Civil em Portugal».

Presidiu à cerimónia o dr. Augusto de Ataíde, secretário de Estado da Instrução e Cultura. Promovida pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação, a mostra apresenta peças de indumentária antiga, com interesse artístico e histórico, e estará aberta

ao público todos os dias, excepto às segundas-feiras e feriados.

Ainda que num futuro Museu de Indumentária venham a ser exibidos vestuários de artistas, corporações, faculdades e outros, na exposição figuram, apenas, indumentárias civis da burguesia e da corte. Escolhidas em função do gosto-moda e não da riqueza do material empregado estão patentes, entre outros: o gibão da infanta D Isabel neta da Rainha Santa, um loudel de D. João I usado por este rei na batalha de Aljubarrota, e tecidos dos séculos XIII a XV.

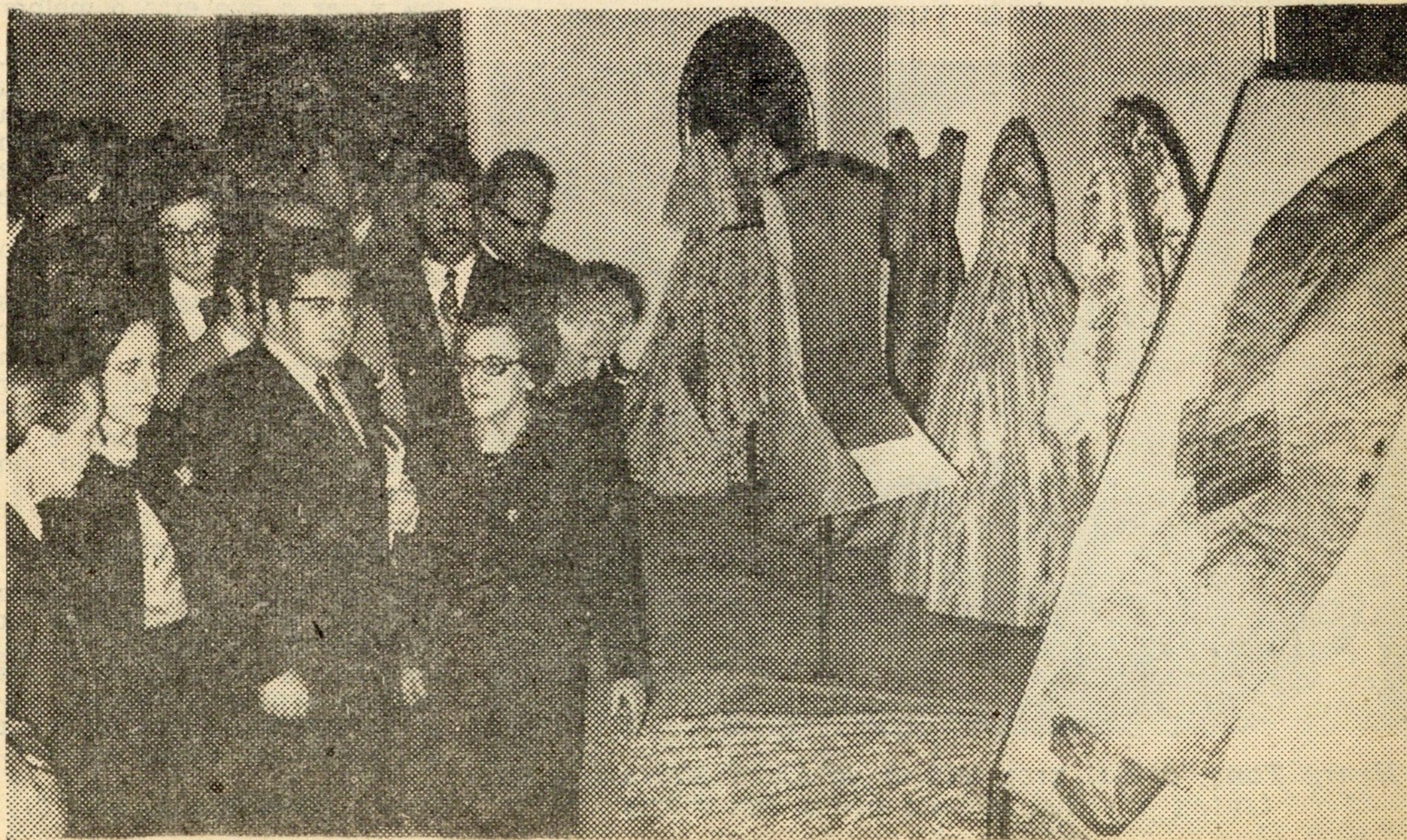
Dos séculos XVI e XVII existem pingentes de esmeraldas

que a tradição diz terem pertencido à infanta D. Maria filha de D. Manuel I.

Do século XVIII, vestidos de corte, véstias luxuosas que se enriqueciam com rendas e jóias, colecções de fivelas e de botões e acessórios diversos.

As «modas» do século XIX estão representadas por um conjunto de retratos e de vestidos de senhora.

A exposição foi organizada pela dr.ª Natália Correia Guedes e pelo dr. Vítor Pavão com a colaboração de Maria José Taxinha, eng. Fernando Moitinho de Almeida, Américo Barreto, José Maria Cruz Carvalho e Sebastião Rodrigues.



O secretário de Estado da Instrução e Cultura aprecia a exposição

Apesar de contrariedades

MARIANO: nome de circo não morre com o fundador

Sem saber ler nem escrever, dirigiu, durante mais de 40 anos, o que muitos consideravam o maior circo português. Mariano Augusto Monteiro, que faleceu há dias, quase octogenário, levantou esse circo a partir da habilidade sua e dos irmãos, a actuarem em celeiros e colectividades, aí por volta de 1920.

O Circo Mariano, porém, continuará. O alvará foi cedido em 1966 a Henry Tony (ilusionista), seu actual director. Só que não continuará — por enquanto — com elementos da família de Mariano, embora estes se dediquem à actividade circense. Tal possibilidade tornou-se mais remota em Agosto, quando uma tempestade, no Algarve, apressou a morte do Fabião Monteiro (o palhaço Fabianito), filho de Mariano.

Para os espectadores de circo, o mais importante é que o circo continue. Para os espectadores e para os trabalhadores que aí ganham a vida. No entanto, algo é de pôr aqui: em que medida pode o circo (os circos todos) continuar, se — no dizer dos interessados —, em lugar de in-

centivos, apenas surgem contrariedades? A emigração, a concorrência de outras formas de espectáculo — fazem pensar duas vezes antes de se tomar a decisão de trabalhar.

Eis as conclusões que tirámos de uma conversa com três pessoas ligadas à actividade de Mariano: o neto (o palhaço Charles), Henry Tony e Zequinha (da parilha Elizabeth's).

«O mais esperto»

Não foi propriamente uma mesa-redonda. Os trabalhadores do Coliseu costumam encontrar-se na pastelaria em frente; de pé, junto do balcão, falam de tudo, inclusivamente do circo. Não é difícil, às cinco da tarde, encontrar o neto do trapezista X, famoso em 1910,

ou o bisneto do palhaço Z, que actuou para a rainha Vitória. Quanto a Mariano, ainda mais fácil: os que não contactaram directamente com ele, se não são filhos dos velhos artistas do Circo Mariano, pelo menos, são amigos dos que com Mariano trabalharam.

O palhaço Zequinha lamenta só ter fotografias do ex-empresário em Chaves, onde mora. Conta a história:

«O Mariano Monteiro era de uma família de artistas, vários irmãos, a trabalharem geralmente (isto, há mais de 50 anos) em celeiros, casas que arranjavam por essas aldeias. O Mariano, como o mais esperto para o negócio, resolveu montar um circo pequeno. Aproveitou bem a simpatia que tinha no Ribatejo e, em pouco tempo, dirigia o melhor circo português dos anos 20.

«Isso perdurou até 1960. Aí, começou a decadência. Tive de abandonar o circo. Mariano resolveu retirar-se e deixou a empresa a artistas que ali trabalhavam. Ainda pioraram mais as coisas. Em 1966, o Tony comprou o alvará — o circo quase nem existia — e construiu tudo de novo. E o Circo Mariano voltou a ser o que era: o melhor do País.

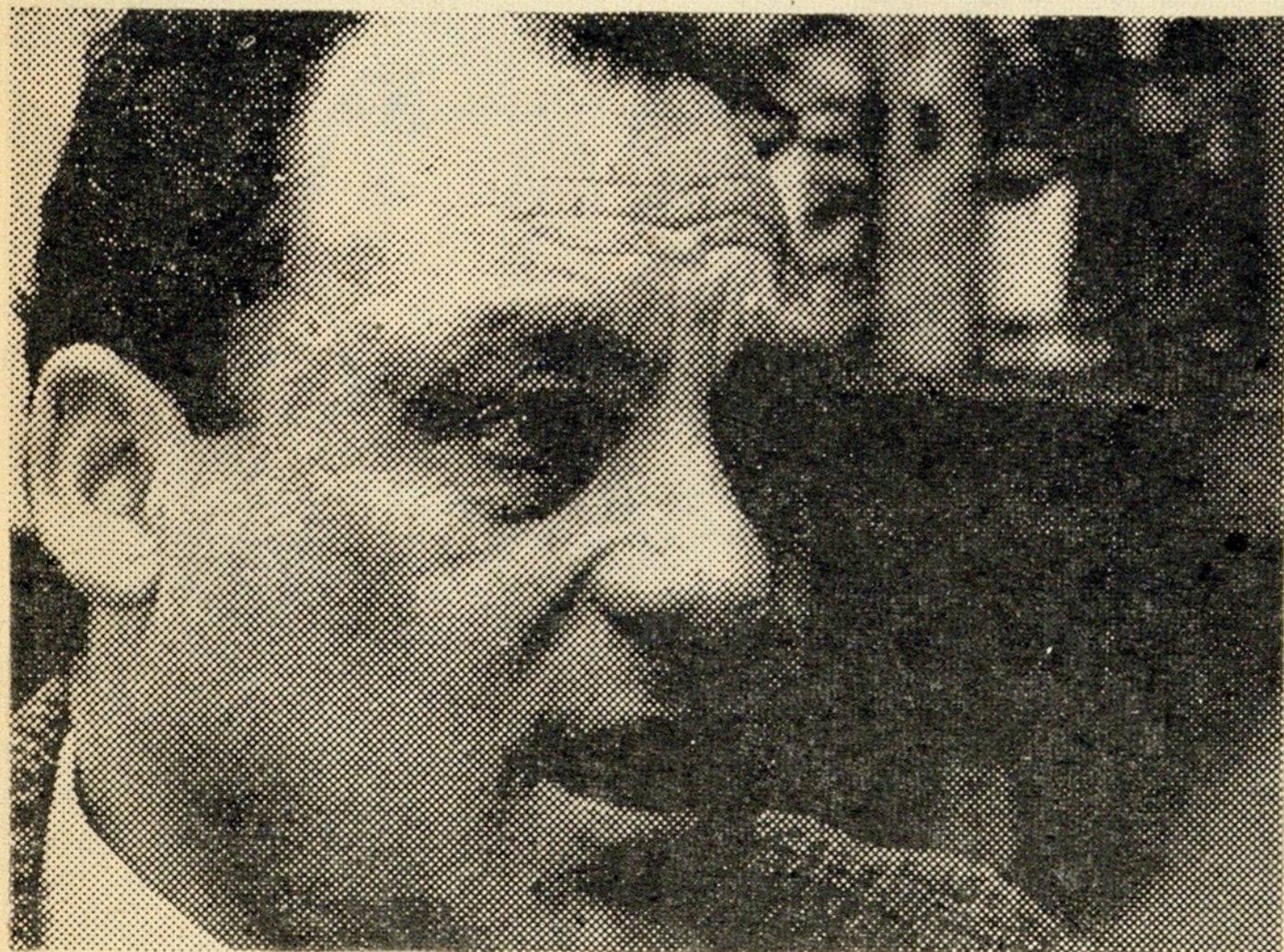
«Evidentemente, há umas dezenas de anos, não se precisava de ir para África. A província chegava e sobejava. Agora, é em Angola e em Moçambique que temos as maiores facilidades e as maiores receitas.»

Volta a falar de Mariano Monteiro:

«Uma das coisas que nos admirava era o facto de ele ser analfabeto. Não sabia ler nem escrever. Não sabia sequer fazer contas. Mas impunha-se às pessoas pela sua inteligência e vivacidade para o negócio do circo.»

«Fechar os circos»

Henry Tony tem uma outra história: no cumprimento do contrato de compra do alvará, sustentou o velho Mariano e a mulher, enquanto viveram. Fala do antigo patrão como de um amigo («o amigo que sem-



Henry Tony, actual proprietário do Circo Mariano, sustentou o antigo patrão até à sua morte

(Continua na pág. 3)

MARIANO

(Continuado da pág. 2)

pre nos acudiu»), lamenta a decadência do antigo circo e não se mostra muito confiante:

«Não sei (e os outros directores de circo também não) como resolver os problemas levantados pelas recentes exigências da lei: dez por cento sobre as receitas, guardar bilhetes, fazer listas... Com tudo a aumentar, como aumenta, esses dez por cento chegam a ser mais do que o nosso lucro. Quanto ao resto, para resolvermos tudo a contento da lei, teríamos de criar um escritório permanente, com vários empregados. Isto está fora das nossas possibilidades.

«Eu e cerca de uma dúzia de empresários dirigimo-nos ao Grémio dos Espectáculos. Pretendíamos que o Grémio intercedesse. Pagar à Caixa de Previdência, ao Socorro Social, etc., não seria já suficiente? Assim, é fechar os circos.»

Queixa-se: «Quando se trata de fazer espectáculos de beneficência (a favor da Cruz Vermelha, por exemplo), chamam-nos. Quando se trata de fazer leis, elas aparecem sem que nós tenhamos sido ouvidos, mesmo que, como é o caso, essas leis ameacem a sobrevivência de milhares de trabalhadores. O circo é uma pequena empresa, com características próprias, portanto, que o diferenciam de

uma fábrica ou de uma farmácia.»

Aponta, como causa da decadência da actividade circense em Portugal:

«A emigração, que levou ao despovoamento de grande parte do País; a concorrência de outros espectáculos; a proibição explícita de o circo actuar em algumas terras, quando há cinema; as dificuldades em saber quando é que os terrenos estão disponíveis, com a indispensável antecedência, para efeito de «tournées».

«Não soubemos»

Charles, neto de Mariano Monteiro, fala dos problemas do circo, dominado pela ideia de um dia vir a ser proprietário de uma empresa, como aconteceu com o avô.

«Quando o alvará mudou de dono, nós, os da família, não soubemos — a não ser pela boca dos outros. O meu avô fez isso discretamente, porque queria assegurar a subsistência no futuro e não queria ficar dependente dos filhos e netos. Preferiu confiar em Henry Tony, que não é da família. Meu pai pretendeu criar um novo Circo Mariano mas, com esse nome, não é legalmente possível. Morreu em Agosto e isso vai atrasar o projecto.

«Até então, actuámos (eu, ele e minha mãe) num trio de palhaços: Fabianito, Charles e Banana (minha mãe, a única mulher a trabalhar como palhaço em Portugal).»

AÇAMBARCADORES DE COMBUSTÍVEIS

A propósito da alusão feita, na nossa edição de 13 do corrente, com base em informação divulgada por um serviço oficial, a um caso de instauração de processo por açambarcamento de gás butano, recebemos, da firma Viseu Industrial, Lda., com pedido de publicação, um «esclarecimento» do seguinte teor:

1. — Em 7 de Novembro de 1973, véspera da publicação da portaria número 777/73, que veio condicionar o comércio e consumo de combustíveis, tinha esta empresa em «stock» 2410 botijas de gás butano de 13 quilos;

2. — Em meados do mês de Novembro do mesmo ano já esse «stock» oscilava um pouco abaixo das 2000 botijas;

3. — Em 15 de Novembro esse número era já inferior a 1500 botijas;

4. — Em 10 de Dezembro, o número de botijas armazenadas era de apenas 900;

5. — Nesta data, 10 de Dezembro, numa altura em que se estava para proceder ao carregamento de 200 botijas, destas 900 que restavam, para distribuição das mesmas, foi o trabalho interceptado por uma patrulha da G. N. R. que as apreendeu, por suposto açambarcamento;

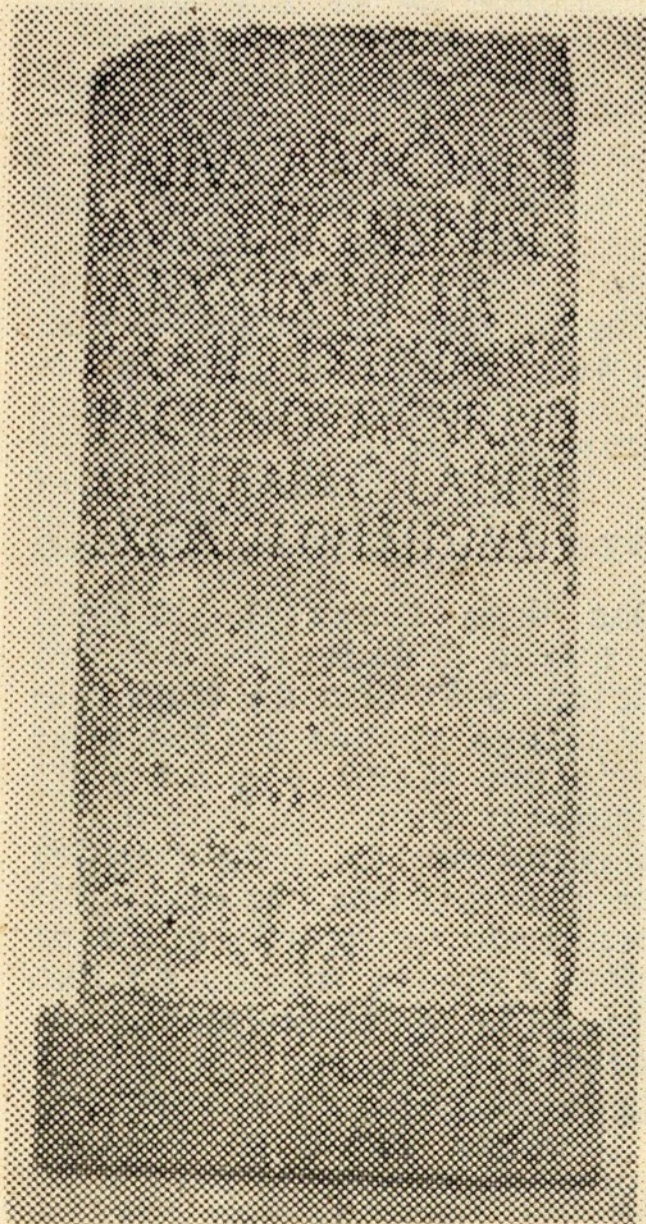
6. — A actuação da G. N. R. julga-se devida ao facto de esta empresa estar a proceder a um certo rateamento na venda do gás, pois ele escasseava de um momento para o outro, rateamento que se fazia de harmonia com o disposto na alínea b) do artigo 20.º do decreto-lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957,

7. — Pelo exposto se conclui que o comportamento desta empresa não é de açambarcamento mas, pelo contrário, a sua actuação se traduziu em servir de forma evidente, os interesses do público consumidor, tendo-se valido de um «stock» criado antes da chamada «crise dos combustíveis», como era prática sua de anos anteriores (com vista aos consumos de ponta de Natal e de fim de ano), tendo conseguido distribuir aos seus clientes, de 7 de Novembro de 1973 a 10 de Dezembro do mesmo ano, 1510 botijas a mais do que aquelas que durante o mesmo período recebeu da sua representada, o que exclui, evidentemente, o imputado açambarcamento;

8. — Esclarece-se, ainda que a venda média de botijas no mês de Dezembro dos anos anteriores é de cerca de 11 000 »

A pedra e o tempo

A pedra resiste ao tempo. Quanto mais antiga, melhor suporta a erosão. Maior é também o seu valor, como testemunho histórico. A lápida sepulcral romana documentada na gravura é o monumento mais antigo de Fervedo. Embutida nas traseiras da igreja, a lápida de mármore tem sido objecto de estudo de muitos arqueólogos interessados. Foi de Aviobriga, cuja localização ainda não foi definida. Nela se lê, segundo a mais recente tradução, o seguinte: «Leto, filho de Caturão, aviobrigense, de 28 anos, está aqui sepultado. O irmão Niger mandou fazer por testamento, segundo o arbítrio de Quinto Labesiu Escorato, de Lisboa.»



A partir de 1 de Maio

Novo sistema (com novo horário) para a recolha de lixos domésticos

A partir de 1 de Maio, Lisboa vai conhecer um novo processo de recolha de lixo. A cargo de uma empresa especializada, a operação passará a ser feita entre a meia-noite e as 8 da manhã. Em cena, grandes recipientes de plástico (de 65 ou 95 litros), que serão colocados junto às habitações, e um exército de mais de duzentas pessoas. Das doze zonas de limpeza em que a cidade está dividida, quatro serão abrangidas, até Junho, pelas modificações.

A data do início da nova forma de recolha de lixo tinha sido marcada para o fim deste mês, mas a falta de polietileno no mercado internacional (a crise do petróleo) ocasionou algumas dificuldades às indústrias de plástico, motivando o adiamento da operação limpeza. A firma encarregada propôs, então, ao Município o dia 1 de Maio para o princípio dos trabalhos o que, espera-se, receberá despacho favorável.

O método a ser adoptado é mais ou menos clássico nestes usos. Haverá sacos de plástico rígido de dois tamanhos: 65 e 95 litros. Estes sacos pesam, quando vazios respectivamente, 43 e 5,3 quilos. Englobando ambos os tamanhos, o primeiro «lançamento» prevê doze mil «exemplares» (recipientes), que serão colocados junto das habitações. São propriedade do Município como as letras neles gravadas poderão atestar. O modelo foi escolhido pela firma responsável, mas a sua construção ficará a cargo de uma empresa de Leiria.

Onde Jerry não tem graça

MEMPHIS (TENNESSEE). — Jerry Lewis foi processado (pela sexta vez, em dois anos), por dever a três empregados oito mil dólares (215 contos) de salários.

Quatro das incriminações anteriores visavam dívidas do actor, no montante de 10.838,80 dólares e a quinta referia-se ao pagamento em atraso de 19.700 dólares da pensão destinada à sua ex-terceira mulher. — (ANI)

Dignificar um ofício

Cada recipiente pode ser levantado por dois homens e a acção de despejo dos lixos faz-se mecanicamente, com um dispositivo que permite incliná-los sobre a boca da adufa de carga, desta separada por uma válvula de borracha que torna a operação completamente estanque.

Como afirmou um agente-técnico da empresa concessionária, pretende-se, com tal sistema, «dignificar» o trabalho de quem recolhe o lixo, tornando a operação um trabalho limpo sem que no acto de despejo transpirem poeiras, detritos e maus cheiros sobre os operadores.

Em cada viatura, provida de duas adufas de carga, trabalham quatro homens, além do motorista. As duas adufas podem funcionar simultaneamente.

Além desses recipientes de aspecto mais doméstico, haverá necessidade de se usar um modelo mais rendível, e de tamanho maior pelo menos em determinados bairros. Esses recipientes maiores, verdadeiros contentores de chapa de aço galvanizada, têm a capacidade de mil e cem litros e permitem maior rapidez de descarga, apenas com o inconveniente de serem, esteticamente, menos apresentáveis.

Doze zonas tem Lisboa

Das doze zonas de limpeza em que a cidade se encontra dividida, o âmbito da empreitada abrange apenas a 7.^a e a 8.^a (início em Maio) e a 5.^a e 6.^a (início em Julho próximo).

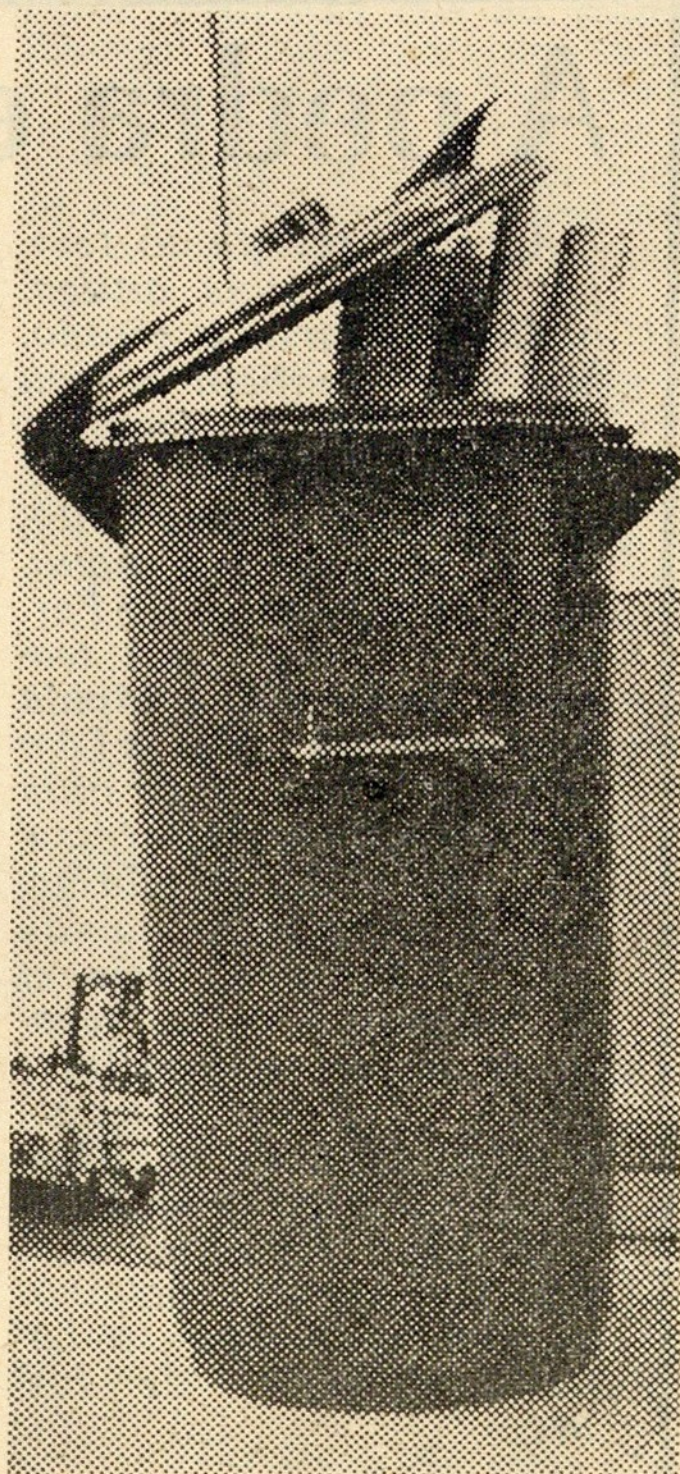
A concessão foi feita por dez anos, prorrogáveis por mais dois dependendo de acordo entre as partes. Além da recolha do lixo (com todo o equipamento de remoção) e do seu transporte para a estação de tratamento de Beiroas (onde se procura encontrar um terreno para a recolha da frota de camiões), a firma está também incumbida de lavar as ruas abrangidas pe-

lo seu serviço e de garantir, nelas, a indispensável higiene, tendo para isso usar apenas meios manuais.

Aliás, nas zonas não abrangidas pelo novo sistema, continuará a vigorar o que hoje existe e que, se não é secular, não tarda muito para lá chegar. Lisboa poderá gabar-se assim de ter dois modelos na recolha dos seus lixos a ver qual limpa mais em menos tempo e por menos dinheiro.

A propósito de dinheiro, assegura um informador da empresa que nada será cobrado ao munícipe com este novo sistema apenas se desejando a sua colaboração cívica para não entornar nem deixar que outros entornem os recipientes. Quanto menos lixo espalhado, melhores serão as ruas que afinal são de todos.

Quanto ao pequeno exército que estará em laboração, serão 233 trabalhadores (entre eles 12 capatazes), com mais um sexto deste pessoal só para compensar as folgas, que serão por sistema rotativo já que o serviço funcionará todos os dias de semana incluindo domingos e feriados. Total de viaturas previsto: dezasseis.



Um dos novos recipientes.